

O processo de efetivação do Golpe de 64: tensionamento entre o Poder Executivo e Legislativo sob a perspectiva presidencial*

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO¹

No dia 07/09/1961 João Goulart assumiu a presidência após a articulação de um acordo entre o Congresso Nacional e as Forças Armadas². Durante os quase três anos em que esteve à frente do cargo presidencial, inúmeros eventos contribuíram para a caracterização de um quadro de crise política. O primeiro deles foi decorrente da pressão realizada pelo presidente e pelo seu partido PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), objetivando a antecipação do referendo que decidiria sobre a volta do regime presidencialista³.

Jango tinha como aliados nesta luta membros do PSD (Partido Social Democrata), partido que possuía a maior base congressual, e que defendia a volta do regime presidencialista visando à campanha de seu candidato Juscelino Kubitschek às eleições presidenciais de 1965. Mesmo tendo como adversários a UDN (União Democrática Nacional) e setores das Forças Armadas, após diversas disputas congressuais e alterações no cargo de primeiro ministro, as forças políticas aliadas a João Goulart acabaram conseguindo antecipar a realização do plebiscito para janeiro de 1963. Inúmeros analistas da época afirmaram que esta vitória política aferiu a Jango um aumento de sua força dentro do Poder Legislativo. No entanto, este acontecimento acabou deixando “marcas” sobre os setores derrotados que constantemente aumentaram o tom de suas críticas contra o Poder Executivo.

Durante os quase quinze meses em que Jango efetivamente governou o país, a maioria de suas divergências com o Poder Legislativo e com a burguesia nacional

* Este artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica realizada entre os anos 2008/09.

¹ Mestrando do programa de História Social – FFLCH/USP

² Após a renúncia de Jânio Quadros e inúmeras negociações, o Congresso se recusou a vetar a posse de Jango, no entanto, acabou recomendando a criação de um sistema parlamentarista. Esta proposta acabou sendo a solução encontrada para acalmar tanto os opositores de João Goulart quanto os “legalistas”, uma vez que garantia sua ascensão à presidência, porém com poderes claramente limitados. O evento ficou conhecido como “Golpe Branco”.

³ Inicialmente a realização deste plebiscito estava prevista para o início de 1965, quando restariam apenas poucos meses para as novas eleições presidenciais.

esteve atrelada à realização das Reformas de Base⁴ e conseqüentemente às tentativas de promover alterações na Constituição Nacional. Ainda podemos mencionar como capítulos da crise política que marcou o seu governo, o desenvolvimento do Plano Trienal, a tensão iniciada a partir do pedido presidencial de decreto do Estado de Sítio em Outubro de 1963 e também a revolta dos oficiais de baixa patente da marinha. Como sabemos, o resultado desta constante crise foi a efetivação do golpe político-militar⁵.

No decorrer deste artigo analisaremos a representação das tensões e conflitos existentes entre os Poderes Executivo e Legislativo durante o governo Jango, através da perspectiva presidencial. Partiremos do pressuposto de que houve a realização de um processo de desconstrução da imagem pública de João Goulart - realizada por setores da mídia, do Congresso, das forças armadas, da Igreja Católica conservadora e por membros da elite agrária e do empresariado nacional - o qual serviu para legitimar a execução da ação militar. Portanto, também será necessário analisar as práticas, os argumentos e o imaginário mobilizados pelos setores golpistas no calor das disputas políticas.

Desta forma, nos inserimos em um dos mais acalorados debates acadêmicos sobre o Golpe de Estado de 1964, o qual questiona se João Goulart adotou uma postura de ruptura institucional, uma espécie de golpismo, em seus últimos dias de governo, contribuindo assim para a consolidação do golpe. Paralelamente também abordaremos as análises que questionam a capacidade política de João Goulart e as reflexões sobre a existência de um projeto conservador golpista anterior à posse de Jango.

Ao analisar o processo de deterioração da imagem pública de Jango pretendemos descrever a forma como o presidente absorvia e rebatia as críticas, demonstrando assim, a interferência que elas exerciam sobre a construção dos discursos e práticas presidenciais. Assim, identificaremos a leitura de João Goulart sobre a ação de seus opositores, interpretando a forma como a crise política se estendia do Congresso

⁴ Este conjunto de iniciativas era composto pela Reforma Agrária, Tributária, Bancária, Política e Universitária, defendendo através de uma postura nacionalista, uma maior intervenção estatal na esfera econômica regulamentando inclusive os investimentos estrangeiro no país.

⁵ Conceito formulado por Caio Navarro de Toledo ancorado na existência de setores golpistas dentro do Congresso antes mesmo da ascensão de Jango, e na legitimação que o Congresso deu para o golpe ao decretar o Estado de Vacância do cargo presidencial quando Jango ainda tentava tentando articular uma resistência civil-militar contra o golpe no Rio Grande do Sul.

Nacional até a sociedade brasileira. Ao refletir sobre a luta pela ampliação da participação política no Brasil destacaremos os embates vinculados à Reforma Política proposta pelo presidente. Defenderemos a tese de que a Reforma Política fora tão determinante quanto a Reforma Agrária no processo de construção do projeto golpista.

A hipótese que nos norteia questiona a possível existência de diferenças simbólicas e políticas no conteúdo dos discursos presidenciais de dois tipos: aqueles que eram voltados para as massas nos comícios e aqueles direcionados ao Congresso Nacional. A partir desta comparação serão analisadas as diferentes representações simbólicas utilizadas por João Goulart para lidar com o Congresso e com as crises políticas mais amplas de seu governo.

O desenvolvimento do artigo está fundamentado na análise de quatro documentos: a fala do presidente Jango durante as comemorações do 1º de maio de 1962; o discurso de João Goulart na Central do Brasil, no dia 13/03/1964; a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional por conta da abertura do ano legislativo de 1964, e o pronunciamento público realizado no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, no dia 30 de março do mesmo ano.

Trabalharemos com estes discursos de palanque pelo fato deles ilustrarem três diferentes momentos importantes para a compreensão do desenvolvimento político do governo Jango. O primeiro deles nos remete ao período parlamentarista e à luta pela antecipação do plebiscito, o segundo é o marco referente ao início do suposto período de radicalização do governo, já o terceiro trata-se do último pronunciamento público de Jango como presidente. A opção de analisar a Mensagem Presidencial decorre do objetivo de comparar formatos diferentes do pronunciamento presidencial, e principalmente pela ausência de uma análise acadêmica mais aprofundada sobre a mesma.

A reflexão presente neste artigo se legitima dentro de um debate sobre memória e história, na formulação de uma melhor compreensão sobre o Golpe de Estado de 1964 e principalmente, na luta contra o esquecimento do governo João Goulart, que segundo a professora Lucilia Delgado: “pouca atenção tem sido dada ao ex-presidente cuja trajetória tem sido alvo de dois movimentos indutivos: de construção de esquecimento e

de predomínio do silêncio”⁶. A importância do artigo também está atrelada ao fato de algumas correntes historiográficas incorporarem as críticas resultantes de estratégias de desqualificação do ex-presidente e de sua trajetória política enquanto verdades históricas em suas análises, o que nos leva a tentar desconstruir essas leituras. Gostaria de destacar que não pretendo promover uma isenção de culpa da Jango relacionada à crise política que culminou no golpe político militar de 1964. O objetivo é demonstrar que o golpe é fruto de uma crise institucional e não da suposta incapacidade política de um de seus personagens políticos.

Ao dar início às primeiras reflexões sobre a eclosão do golpe é comum que um dos primeiros questionamentos esteja vinculado à ausência de uma resistência civil. Porém, logo após as primeiras análises, percebemos que o apoio inicial dado ao movimento golpista, decorrente de seu caráter emergencial e temporário, é muito maior do que a insatisfação originada pelo mesmo. O que inicialmente pode ser surpreendente torna-se claro ao analisamos a prática de deterioração da imagem pública do presidente, a qual acabou sendo determinante para a legitimação do golpe.

Uma das principais críticas vinculadas à imagem pública de João Goulart colocava sob suspeita sua capacidade política para exercer o cargo de presidente. Este questionamento, que perdurou durante todo seu mandato, surgiu logo após a renúncia de Jânio Quadros. Conjuntamente com a acusação de “esquerdista” o argumento foi utilizado pelas Forças Armadas e por setores da UDN para tentar impedir sua ascensão à presidência. Posteriormente a mesma acusação também foi articulada para legitimar a necessidade de sua exclusão do cargo presidencial. No entanto, estas não eram as únicas críticas associadas à sua figura, dentre as mais comuns estavam: corrupto, ambíguo, demagogo, autoritário, comunizante, indeciso, incompetente e maquiavélico. É interessante notar a existência de um caráter conflitante entre algumas das insinuações, como por exemplo, as que por vezes o classificava enquanto malicioso, e em outros momentos enquanto ingênuo. Também não podemos menosprezar a repercussão que a classificação do presidente enquanto comunista exercia sobre a sociedade, principalmente sobre as classes médias, no contexto de Guerra Fria vivido na época.

⁶ *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, Página 142

Dentre os responsáveis pela difusão destas críticas podemos citar grande parte da mídia liberal e de organizações como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). É interessante ressaltar que Jango estava ciente da existência de um projeto golpista articulado a partir da deterioração de sua imagem, tanto que, dedicava boa parte de seus discursos em comícios para se defender destas acusações. A desconstrução de sua imagem é considerada responsável por esvaziar boa parte do apoio público que o presidente possuía, mobilizando assim as classes médias contra seu governo. Seus efeitos fragmentaram a base política da esquerda trabalhista e do Poder Executivo destinados à realização das Reformas de Base.

Assim que assumiu a presidência sob o regime parlamentarista, Jango passou a se preocupar em combater a imagem pejorativa que possuía perante as classes conservadoras da sociedade. Em abril de 1962 o presidente viajou aos Estados Unidos em busca de soluções para os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil. A postura conciliatória adotada durante os primeiros meses de regime parlamentarista contribuiu para a melhora de sua imagem e para sua descaracterização, momentânea, de político sob orientação comunista.

Boa parte das críticas que o intitulavam enquanto maquiavélico e autoritário partem das divergências entre os poderes Executivo e Legislativo. Elas se tornaram mais frequentes no decorrer de dois episódios do governo Jango: primeiro quando o presidente iniciou a “batalha política” pela antecipação do plebiscito que regulamentaria a continuidade do regime parlamentarista, e depois no momento em que ele começou a reivindicar a realização de algumas reformulações na Constituição brasileira. Segundo os críticos mais ferrenhos de Jango, estas propostas retratavam seu projeto golpista para se manter no poder. Já as críticas que classificavam Jango como inimigo da instituição familiar e da religião católica, tinham como objetivo manipular a opinião da classe média conservadora. Sua eficácia obteve uma enorme amplitude, tanto que serviu de base motivacional para a atuação de movimentos conservadores, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Tendo conhecimento desta estratégia Jango tentou se desvincular desta imagem no decorrer de todos os discursos analisados:

“exploram os sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas...”⁷ e “Aconselho, portanto, que todo brasileiro que hoje esteja envolvido, por motivos religiosos, em comícios políticos, que medite um pouco se está realmente defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros eleitorais... Continuemos, ao lado de nossas mães, mulheres e filhos, a acompanhar suas orações e a prestigiar e respeitar a sua fé e os seus sentimentos, que são também os nossos”⁸.

Constantemente ele se defendeu das acusações de golpista e repressivo alegando que as transformações na Constituição atenderiam às necessidades do povo e não a objetivos pessoais. Para se desvencilhar da imagem de subversivo, ele construiu uma argumentação a partir da exemplificação da realização da Reforma Agrária em outros países, “a reforma agrária não é um capricho de um governo ou do programa de um partido. É o produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo”⁹. A adoção desta postura defensiva é a forma encontrada por Jango para conter a propaganda golpista.

A falta de uma sólida base congressual para a realização dos projetos reformistas é apontada pela maioria dos autores¹⁰, enquanto um dos principais elementos da crise institucional que caracterizou o período. Esta ausência fez com que Jango recorresse constantemente às massas no intuito de viabilizar seus projetos governistas¹¹. A realização do discurso proferido em 1º de Maio de 1962 marca justamente a transição da postura de João Goulart frente ao regime parlamentarista, atitude que resultou no fim da tranquilidade política de seu governo. Buscando a antecipação do plebiscito que referendaria sobre o regime político nacional Jango afirmava que sua realização poderia

⁷ Trecho do discurso proferido por João Goulart na central do Brasil no dia 13/03/1964.

⁸ Trechos do Discurso de João Goulart durante reunião de Sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, retirado de transcrição feita pelo Jornal do Brasil em 31 de março de 1964.

⁹ Idem.

¹⁰ Dentre eles Argelina Figueiredo e Wanderley Guilherme dos Santos.

¹¹ Wanderley Guilherme dos Santos se refere a esta estratégica política, enquanto o início do processo de radicalização do presidente, visto que contribuía para uma maior fragmentação política entre os poderes Executivo e Legislativo, resultando no fechamento dos poucos canais possíveis de negociação com o Congresso Nacional.

agilizar a efetivação das Reformas de Base: “este é o momento de transição entre a etapa da pacificação política para a etapa das grandes reformas nacionais”¹², transição esta que segundo ele era necessária para a realização de “uma paz interna sólida e durável, a fim de que a democracia se consolide na confiança e no respeito de todo o povo brasileiro”¹³. Torna-se nítida sua tentativa de atrair as classes medias para o seu lado durante a luta pela antecipação do plebiscito, “durante quase oito meses de governo tudo fiz para desfazer ressentimentos e desconfianças, restituir o equilíbrio político do país”¹⁴.

Diferentemente dos outros discursos que analisei, neste o presidente adota uma postura mais ofensiva quanto à efetivação de seus projetos, contrariando as análises de que seu último discurso havia sido o mais radical de todos¹⁵. Ao invés de se defender das críticas recebidas, sua fala marca o início da luta pela reformulação da Constituição de 1946 e pela efetivação imediata das Reformas de Base. É importante ressaltar que neste momento Jango ainda vinculava a realização das reformas à participação do Poder Legislativo.

Antes de João Goulart tomar a palavra no Comício da Central do Brasil, estava programado que Leonel Brizola e Miguel Arraes dariam início aos pronunciamentos. Pela primeira vez em todo seu mandato Jango vinculava-se tão explicitamente a setores da esquerda, marcando uma transformação na sua postura em relação à efetivação das Reformas de Base. Segundo os autores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, este evento marcou “a aliança do presidente com o movimento sindical e as esquerdas radicais”¹⁶. A análise de Skidmore aponta para a mesma conclusão, considerando que a partir da realização do Comício Jango aliou-se definitivamente com a esquerda radical.

Segundo as análises de Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo esse evento é considerado o marco da ruptura política entre o presidente e o Poder

¹² Trechos do discurso proferido por João Goulart em Volta Redonda no 1º de Maio de 1962, retirado de transcrição realizada pelo jornal O GLOBO em 2 de maio do mesmo ano.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2004.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: As múltiplas Faces*. 2007. Página 191

Legislativo. Na opinião de Wanderley, após duras derrotas congressuais¹⁷, Jango tentou construir uma coalizão governamental externa, a qual deveria ser supostamente ampla para forçar o Legislativo a aceitar as reformas constitucionais patrocinadas pelo Executivo. O autor conclui sua tese afirmando que a adoção desta suposta postura radical promoveu a redução da capacidade de negociação e de transigência, contribuindo assim para a eclosão do golpe.

Através das análises documentais torna-se clara a estratégia do presidente de buscar junto às massas a base necessária para a realização de seus projetos reformistas, “Sei das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo, acima de tudo sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade, e não faltará como seu apoio às medidas de sentido popular nacionalista.”¹⁸ A fala de Jango no Comício da Central do Brasil foi construída a partir da reflexão sobre o período de crise nacional, tendo como objetivo legitimar a realização da reforma constitucional e das Reformas de Base enquanto processos democráticos. Esse caráter democrático, segundo seu raciocínio, seria decorrente das reivindicações que emanam do povo e não de um aval dado pelo Poder Legislativo. Neste contexto, a postura de enfrentamento adotada por Jango torna-se clara, “o governo apesar dos ataques quem tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará um centímetro sequer na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo”¹⁹.

A elaboração de uma Mensagem Presidencial dirigida ao Congresso na abertura dos trabalhos anuais da sessão Legislativa era uma prática regulamentada pela Constituição Brasileira de 1946. Este documento ilustra a forma como João Goulart se utilizou deste mecanismo constitucional para pressionar o Poder Legislativo em relação à realização das Reformas de Base.

A introdução do texto é feita a partir da análise do cenário político nacional, ressaltando a intranqüilidade que cercava a segurança da sociedade e a urgência de erradicação dos obstáculos institucionais e estruturais que compunham a base política do país. João Goulart destacou a importância política deste documento, ressaltando que

¹⁷ Estas derrotas decorrem da não aprovação do projeto inicial de Reforma Agrária e do fracasso do Plano Trienal.

¹⁸ Trecho do discurso proferido por João Goulart na central do Brasil no dia 13/03/1964

¹⁹ Idem.

a luta pela realização das transformações não cabia somente aos setores do Governo, mas sim a todos brasileiros que objetivavam a construção de uma nação verdadeiramente democrática.

Mesmo pressionando o Legislativo pela realização das Reformas de Base, em nenhum momento Jango estabelece neste documento um conflito direto com os membros do Congresso. Seu instrumento de pressão realizava-se a partir da utilização do que ele define por vontade popular. É interessante notar, que ao desenvolver esta estratégica política, o presidente se coloca enquanto porta voz das massas. Assumindo a responsabilidade pela realização das reformas reivindicadas pela população mais carente, Jango criou um paradoxo entre o Poder Executivo e Legislativo, através do qual este segundo passou a ser caracterizado enquanto obstáculo para a efetivação das melhorias sociais. A adoção desta postura é nítida na passagem em que o presidente afirma “Em 1963, o Poder Executivo preocupou-se intensamente com alguns problemas básicos, oferecendo-lhes as soluções que, dentro do quadro geral das graves dificuldades nacionais, se lhe afiguraram as melhores, e procurando, para esses efeitos, utilizar todas as suas atribuições legais, ainda quando providências definitivas ou mais eficazes ficassem a depender de cooperação do Poder Legislativo”²⁰. Este trecho evidencia a postura de cobrança sobre o Poder Legislativo por uma maior participação no processo de reformas.

Ainda na introdução do documento João Goulart dirige um recado à população defendendo a continuidade da luta pelas mudanças estruturais aconselhando os poderes públicos a reverem sua postura política, a qual segundo ele não atendia às aspirações populares. Jango define a estrutura político-econômica nacional como instrumento de opressão destinada à promoção da desigualdade social. Desta forma, ele responsabilizava o Congresso pela situação de miséria da vida de muitos brasileiros.

O tópico que conclui a introdução da mensagem presidencial, intitulado “O caminho brasileiro”, é com certeza a passagem mais conflituosa de todo o documento, abordando toda fragilidade política que marcou o período. Neste trecho João Goulart submete à apreciação do Poder Legislativo o conjunto de reformas que constituíam o

²⁰ Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. Página XXXI.

projeto das Reformas de Base, as quais ele atrela à necessidade de uma reformulação da Constituição de 1946. O presidente faz questão de enfatizar que a adoção, ou não, de tais medidas dependia da decisão do próprio poder Legislativo. Esta postura contraria qualquer interpretação que atribui ao Executivo a adoção de um projeto golpista, não negando a existência de um conflito entre os dois Poderes Constitucionais. Novamente a simbologia da “vontade popular” é utilizada por Jango como forma de pressão sobre o Congresso ao alertar sobre o risco da convulsão social, fim da ordem política e do regime democrático. Segundo ele, caso o conjunto de reformas não fosse adotado pelo Congresso, “o desenvolvimento histórico de um povo em que sua própria sobrevivência e a autonomia no comando do seu destino se podem pôr em risco, caso se deixe abrir uma brecha entre as aspirações populares e as instituições responsáveis pela ordenação da vida nacional”²¹.

Em relação à necessidade de realização da Reforma Agrária, o presidente a define enquanto a reforma mais necessária para o Brasil. Esta definição está ancorada no que ele entende ser a maior reivindicação social e econômica de mais de 40 milhões de brasileiros. Dentre as alterações requeridas pelo Executivo estão: a alteração do artigo 147 da Constituição Nacional, do décimo sexto parágrafo do artigo 141, o fim do direito de manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade, a não realização e do pagamento de indenizações em dinheiro, destacando a necessidade de priorização da produção dos gêneros alimentícios a partir das necessidades do mercado consumidor interno. Esta é a primeira, de muitas passagens no documento, onde o presidente pressiona o Legislativo pela realização da Reforma Agrária, “enquanto se esperam as grandes medidas legislativas que, pela abolição da ociosidade de nossas terras férteis, darão à agricultura a capacidade de produção reclamada para a abundância desejável”²².

Outro tema delicado abordado pelo presidente nesta mensagem destinada ao Poder Legislativo, e que também está atrelado à necessidade de uma reforma constitucional, é a Reforma Política. Jango inicia sua reflexão questionando a existência de uma democracia no Brasil, uma vez que grande parte da população não tinha direito

²¹ Idem. Página LVIII

²² Idem. Página XXVI.

ao voto²³, “Considerando-se que mais da metade da população brasileira é constituída de iletrados, pode se avaliar o peso dessa injustiça, que leva à conclusão irrecusável de que o atual quadro de eleitores já não representa a Nação, urgindo sua ampliação para salvaguarda da democracia brasileira”²⁴. A postura reformista do presidente foi considerada pelos setores mais conservadores do congresso um projeto golpista. Esta insatisfação já era esperada em virtude do crescimento do PTB, principalmente nas eleições de 1962, que colocava sob risco a maioria congressual pertencente ao PSD.

A crise econômica brasileira era um dos principais problemas políticos do governo João Goulart, sendo composta pelos altos índices inflacionários, crescente dívida externa e pela estagnação do processo de industrialização. A busca de soluções fracassou²⁵, alimentando ainda mais o conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo também para a solidificação do projeto golpista baseado na construção de uma imagem pejorativa do presidente. As críticas relacionadas à situação econômica brasileira se dividiam em duas frentes, algumas condenavam Jango classificando-o enquanto culpado pelo surgimento da crise, outras questionavam sua capacidade em lidar com a economia nacional.

A grave situação da economia brasileira era abordada constantemente por Jango no decorrer de seus discursos. Sua leitura da crise apontava para a necessidade de reformas estruturais visando o desenvolvimento econômico da nação. A característica ambígua e conciliatória da política econômica desenvolvida por João Goulart acabou se tornando um dos principais fatores responsáveis pelo isolamento do Poder Executivo no quadro político nacional, uma vez que além dos setores mais conservadores, a esquerda nacional também criticou muito a política econômica, questionando principalmente a desvalorização do salário mínimo e a demora pela efetivação das Reformas de Base.

²³ Além de analfabetos os militares de baixa patente também não tinham direito ao voto.

²⁴ Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. Página LV

²⁵ A tentativa de solucionar a crise partiu da elaboração do Plano Trienal, através do qual se tentou equacionar a economia brasileira, planejando, simultaneamente, reduzir a inflação, ajustar a dívida externa e retomar o crescimento do PIB. Este projeto, elaborado por Celso Furtado e conduzido por San Tiago Dantas, previa a desvalorização da moeda, o corte de subsídios estatais às importações de trigo e petróleo, a contenção dos salários do funcionalismo público, além da reforma fiscal.

No discurso realizado na noite de 30 de março de 1964 no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, destinado à comemoração dos 40 anos da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, João Goulart estabelece um diálogo mais próximo com as críticas vinculadas à sua imagem pública. É evidente que o presidente tinha ciência da existência de um projeto golpista. A gravidade da crise política deste momento é explicitada pelo próprio presidente, que faz questão de mencionar quem são os culpados pela sua elaboração:

“a crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância (...) intrigas e envenenamentos que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo, contra os mais altos interesses da pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas (...) O IBAD os interesses econômicos, os grandes grupos nacionais e internacionais não tem competência para julgar os atos do presidente da República...”²⁶

Tendo os subtenentes e sargentos enquanto interlocutores ele procurou se desvencilhar da imagem de opositor das Forças Armadas. Sua estratégia consistia em elogiar os preceitos hierárquicos e disciplinares que fomentam as instituições militares, questionando a existência destes valores nos ideais dos setores golpistas. O seguinte trecho do discurso ilustra bem a adoção desta postura: “Ninguém mais do que eu, neste país, deseja o fortalecimento e a coesão das nossas Forças Armadas. Ninguém mais do que eu deseja a glória da nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu deseja que ela viva permanentemente num clima de compreensão, de entendimento, de respeito e de disciplina”²⁷.

Naquele momento, a presença de Jango à solenidade de subalternos das Forças Armadas no Automóvel clube foi encarada como grande imprudência. A alta cúpula das Forças Armadas definiu esta atitude enquanto um afrontamento aos seus valores hierárquicos, em virtude do fato do presidente se dirigir diretamente às baixas patentes. Estes elementos levaram muitos pesquisadores a definir este pronunciamento enquanto

²⁶ Trechos do Discurso de João Goulart durante reunião de Sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, retirado de transcrição feita pelo Jornal do Brasil em 31 de março de 1964.

²⁷ Idem.

um suicídio político, sendo assim, um dos fatores desencadeador do golpe ²⁸. Carlos Fico afirma que a queda do presidente dependia da iniciativa das Forças Armadas que estavam apenas esperando uma iniciativa marcadamente ilegal por parte de João Goulart para que fosse possível e legítima a realização do golpe. Neste contexto, o pronunciamento de Jango é interpretado pelos golpistas com o intuito de demonstrar uma atitude radical por parte do presidente.

Discordo que este último discurso seja um suicídio político por parte do presidente, ou até mesmo o mais radical de todos. Na realidade encaro este pronunciamento enquanto sua última tentativa de se manter no poder. Jango rebate as críticas que o classificavam enquanto golpista, questionando os valores disciplinares das altas patentes das Forças Armadas que tramavam o golpe. Assim ele esperava adquirir a confiança das baixas patentes, tentando desestabilizar a formação do movimento golpista. O trecho que transcrevo a seguir ilustra este último fio de esperança do presidente:

“... a minha palavra, o meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro das suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também”.

Considerações Finais

No decorrer do artigo procurei demonstrar como as divergências entre os poderes Executivo e Legislativo transcenderam as barreiras físicas do Congresso Nacional chegando até a sociedade brasileira. É justamente neste campo que Jango tentou construir uma base política ancorada nas massas, para viabilizar seu projeto reformista, e que os setores políticos mais conservadores promoveram, junto às classes médias, a formulação de uma imagem pejorativa do presidente no intuito de legitimar o projeto golpista. Este movimento realizado tanto pelo poder Executivo quanto pelo

²⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2004. Página 63.

Legislativo é considerado por correntes historiográficas enquanto um processo de radicalização, contribuindo assim para a eclosão do Golpe de Estado.

A partir das minhas análises documentais enfatizo a existências de inúmeros trechos que ilustram o compromisso democrático de Jango, destacando seu desinteresse de entrar em um conflito direto contra o Poder Legislativo, preferindo a postura de pressioná-lo através da simbologia da vontade popular: “(...) assumi a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira (...)”²⁹; “Sabem os nobres congressistas do empenho com que meu Governo se tem devotado à procura de uma solução harmônica e pacífica para o problema da renovação institucional de nossa Pátria”³⁰.

No entanto, devemos destacar que a interpretação comparada das duas formas de discurso de discurso que analisei não apresenta muitas dualidades ou/e divergências. Na verdade concebo a existência de apenas uma sutil diferença na postura presidencial. Porém, é a partir desta sutileza que se constrói a estratégia política de João Goulart neste período de radicalização.

Ao abordar as Reformas de Base nos discursos de palanque Jango se coloca enquanto o “**realizador**” do interesse do povo através da efetivação de conjunto de reformas. Inicialmente ele condena o caráter conservador de setores políticos que almejam abafar as reivindicações populares, “Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar suas reivindicações”³¹.

Porém, ao abordar a mesma temática perante os congressistas o presidente se coloca apenas enquanto “**mediador**”, deslocando a responsabilidade da realização do conjunto de reformas para os membros do Poder Legislativo. Desta forma, além de ressaltar o caráter pacífico de seu projeto reformista, o presidente esta jogando com a

²⁹ Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. Página VI

³⁰ Idem. Página L

³¹ Trecho do discurso de João Goulart realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de Março de 1964, retirado de transcrição feita por Hélio Silva no livro “1964: golpe ou contra golpe?” publicado pela Editora Civilização Brasileira no ano de 1975.

simbologia da “vontade popular” enquanto forma de pressão sobre o Congresso. Assim, durante toda a introdução da mensagem ele faz questão de ressaltar as melhorias realizadas pelo Poder Executivo, destacando suas limitações a partir da não cooperação do Poder Legislativo, “na satisfação dos reclamos populares e na defesa dos interesses do País, não me limitei a esperar as medidas legislativas necessárias à implantação das reformas estruturais com a profundidade que a Nação exige”³².

Em relação à corrente historiográfica que defende a existência de um projeto golpista presidencial, ancorada na teoria de descomprometimento formulada por Argelina Figueiredo, destaco o artigo “O trabalhismo radical e o colapso da Democracia no Brasil” de Jorge Ferreira. A tese do autor parte da concepção de que tanto a esquerda quanto a direita nacional adotaram como estratégia o confronto direto, a qual fundamentava a existência de projetos golpistas. Ao analisar o Comício da Central do Brasil, Jorge afirma que este evento marca “a escolha de Goulart pela política de radicalização pregada pelas esquerdas”³³. O autor encara a postura de Jango enquanto parte do processo de formação de uma união política com as esquerdas que visava o fechamento do Congresso Nacional e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte para impor a realização das Reformas de Base. Todo esse raciocínio pode ser utilizado para confirmar a interpretação de que o Golpe de 1964 também é consequência da existência de um eminente projeto golpista das esquerdas e de João Goulart.

Particularmente não descarto a existência de um projeto golpista por parte da esquerda, concordo inclusive que este planejamento tenha ganhado fôlego durante o período de radicalização do governo Jango, no momento em que ele se aproxima das massas. Porém, minhas análises apontam para a tese de que o João Goulart não se inseria na construção dos projetos golpistas. São precipitadas as interpretações que defendem uma homogeneidade na formulação das propostas políticas conduzidas por Jango e por setores da esquerda. Não podemos esquecer que a extrema direita, aliada ao capital internacional e a setores das Forças Armadas, possuía um histórico de projetos

³² Trecho retirado da Mensagem ao Congresso Nacional, remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. Página XI.

³³ FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. IN: *1964/2004: 40 anos do golpe*. 2004. Página 49

golpistas fracassados. Portanto, não seria apenas a fragmentada organização da esquerda nacional o único ou o principal fator determinante para a eclosão do golpe político militar de 64. Assim como afirmou Caio Navarro de Toledo, “o golpe de 64 veio, pois, coroar as manobras fracassadas anteriormente”³⁴.

Acredito que as interpretações que partem do suposto projeto golpista de Jango ou da sua incapacidade política para compreender o golpe, sejam fruto da construção simbólica realizada na época para legitimar a necessidade do afastamento de João Goulart do cargo presidencial. Essa prática resulta na formação de análises históricas que segundo Lucilia Delgado “provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política”³⁵. Ao analisar os documentos que proponho os historiadores não devem influenciar-se pelas críticas construídas pela mídia da época, financiadas por instituições golpistas. No entanto, não descarto que o governo Jango tenha cometido algumas falhas decisivas ao não saber articular a efetivação do Plano Trienal e ter se precipitado na solicitação do Estado de Sítio. O último mês de seu governo foi marcado por indecisões determinantes para o final melancólico de sua passagem pela presidência.

Promovemos assim a diferenciação entre as acusações que classificam Jango enquanto incapaz de governar o país frente à uma leitura mais crítica sobre seu governo apontando sua inabilidade de lidar com os momentos de crise, desconstruindo assim as interpretações que afirmam ser o golpe apenas uma decorrência da sua inabilidade política. Não podemos esquecer o quanto a Reforma Política proposta por Jango assustava os setores mais conservadores do Congresso. Esta iniciativa destinada à ampliação da cidadania nacional, a partir da adoção do voto de analfabetos poderia consolidar o crescimento do PTB e conseqüentemente o processo de sindicalização que ocorria no país. Nesse momento a efetivação de uma democracia social no Brasil foi impedida pelos setores golpistas. Compactuo da análise da professora Lucilia Delgado que define o golpe como resultado do “forte descontentamento de setores conservadores

³⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, SP. Editora Brasiliense. 1983. Página

³⁵ DELGADO, Lucilia. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, Página 127.

da política brasileira com a crescente autônoma organização da sociedade civil naquela conjuntura”³⁶.

Portanto, gostaria de encaminhar para uma reflexão final, encarando o golpe enquanto o resultado de uma crise institucional, onde a postura do PSD pró-golpistas foi decisiva. O Partido Social Democrata, que era maioria no Congresso, e que havia composto alianças políticas com o PTB durante o segundo Governo Vargas e o Governo JK, acabou sendo o fiel da balança ao aproximar-se do projeto golpista de setores das Forças Armadas e da UDN. Desta forma o golpe político militar consolidou-se no dia 02/04/1964 no momento em que foi decretada a vacância do cargo presidencial, pelo líder do PSD no senado Ranieri Mazzilli, simultaneamente ao período no qual Jango ainda encontrava-se no país.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio - Diários e Memórias 1961 a 1967*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Nova Fronteira. 1985
- CAMARGO, Aspásia. “A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930 a 1964)”. In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III*. São Paulo, SP. Editora Difel, 1986.
- DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo, SP. Editora Marco Zero. 1989
- _____ . *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 1981
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: As múltiplas Faces*. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV. 2007
- FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. IN: *1964/2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro, RJ. Editora FAPERJ / 7Letras. 2004
- FERREIRA, Marieta. *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV. 2006

³⁶ Idem. Página 132.

- FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Record. 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra. 1993.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, SP. Editora Companhia das Letras. 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor. 2006.
- _____ . *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo, SP. Editora Perspectiva. 2002
- NETO, João Pinheiro. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Record. 1993
- OLIVEIRA, Beneval. *O ódio destrói o Brasil: uma análise da crise política brasileira de 1961 a 1964*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Tempo Brasileiro. 1965
- QUEIROZ, Manoel Virgílio de. *A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart (1961/1964)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, SP. 1997.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo, SP. Companhia das Letras. 1997.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, SP. Editora Revista dos Tribunais. 1986.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Saga. 1969.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, SP. Editora Brasiliense. 1983.
- _____ 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 1997.